

SUMÁRIO

LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS.....	13
INTRODUÇÃO	15
1. Estado do processo de execução no direito brasileiro.....	15
2. Plano geral da monografia.....	20
Primeira Parte	
TUTELA GERAL DA FUNÇÃO EXECUTIVA	
1. LIDE E SATISFAÇÃO.....	25
1.1 Conflito, processo e função jurisdicional do Estado	25
1.2 Noção de lide, sua crítica e balanço geral da ideia	30
1.3 Funções da jurisdição e processo	40
1.4 Satisfação dos interesses primários e conflito executivo	44
2. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	50
2.1 Limites da função executiva	50
2.1.1 Critérios classificatórios da ação	51
2.1.2 Eficácia principal e eficácias secundárias da ação	54
2.2 Eficácias da sentença e satisfação	55
2.2.1 Eficácia declaratória	57
2.2.2 Eficácia constitutiva	60
2.2.3 Eficácia condenatória	62
2.2.4 Eficácia mandamental	69
2.2.5 Eficácia executiva	73
3. ATO EXECUTIVO.....	78
3.1 Natureza do ato executivo	78
3.2 Classificação dos atos executivos	82
3.3 Cumprimento do ato executivo.....	83
3.3.1 Extensão dos poderes do juiz no ato executivo	84
3.3.2 Requisição da força pública.....	87
3.4 Documentação do ato executivo.....	89

4. ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	91
4.1 Encadeamento dos atos executivos	91
4.2 Meios executórios de coerção.....	97
4.2.1 Coerção patrimonial.....	100
4.2.2 Coerção pessoal.....	103
4.3 Meios executórios de sub-rogação.....	103
4.3.1 Meio do desapossamento	104
4.3.2 Meio da transformação.....	104
4.3.3 Meio da expropriação.....	105
4.3.3.1 Meio do desconto	105
4.3.3.2 Meio da adjudicação	106
4.3.3.3 Meio da alienação por iniciativa particular ..	106
4.3.3.4 Meio da alienação em hasta pública	107
4.3.3.5 Meio do usufruto.....	107

Segunda Parte

TUTELA EXECUTIVA DO CRÉDITO ALIMENTAR

5. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	111
5.1 Conceito e conteúdo da obrigação alimentar	111
5.2 Natureza do crédito alimentar	114
5.2.1 Classificação das obrigações na lei processual.....	115
5.2.2 Objeto da prestação alimentar.....	120
5.2.2.1 Prestação alimentar pecuniária.....	123
5.2.2.2 Prestação alimentar de entrega de coisa	124
5.3 Classificação da obrigação alimentar	126
5.3.1 Alimentos naturais e civis	126
5.3.2 Alimentos legítimos, voluntários ou indenizativos.....	128
5.3.3 Alimentos definitivos e provisionais	129
5.3.4 Alimentos futuros e pretéritos.....	132
6. TÍTULO EXECUTIVO E OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	134
6.1 Título executivo e execução forçada	134
6.2 Título executivo na execução de crédito alimentar.....	136
7. ALIMENTOS E MEIOS EXECUTÓRIOS	141
7.1 Classificação das obrigações alimentares e meios executórios	141
7.1.1 Alimentos definitivos e coerção pessoal.....	141
7.1.2 Alimentos indenizativos, desconto e coerção pessoal..	143

7.1.3	Alimentos pretêritos e coerção pessoal	144
7.2	Elenco dos meios executórios da obrigação alimentar	146
7.3	Garantias do crédito alimentar e sua influência nos meios executórios	149
7.3.1	Capital em títulos da dívida pública ou imóveis	151
7.3.2	Caução real ou fidejussória	152
7.3.3	Usufruto de determinados bens	153
7.4	Escolha entre a expropriação e a coerção pessoal	155
7.5	Mecanismos de cumprimento dos alimentos indenizativos	158
7.5.1	Caráter facultativo ou obrigatório da garantia	159
7.5.2	Modalidades da garantia	161
7.5.3	Arbitramento da caução	162
7.5.4	Procedimento da execução	163
7.5.5	Revisão e cessação da obrigação	164
8.	ASPECTOS FUNDAMENTAIS DOS RITOS	166
8.1	Generalidades e método de exposição	166
8.2	Execução da obrigação alimentar por desconto em folha	167
8.3	Execução por coerção pessoal	173
8.3.1	Competência da demanda executiva	173
8.3.2	Requisitos da inicial, pedido e coerção pessoal	176
8.3.3	Controle da petição inicial	180
8.3.4	Defesa sumária do executado	181
8.3.4.1	Pagamento pelo executado	182
8.3.4.2	Defesa do executado	186
8.3.5	Decisão do incidente	192
8.3.5.1	Natureza do ato decisório	192
8.3.5.2	Recurso cabível. Efeito suspensivo	193
8.3.5.3	Motivação do ato decisório	194
8.3.5.4	Efeitos da decisão	195
8.3.6	Prisão do devedor	197
8.3.6.1	Prazo da prisão	197
8.3.6.2	Regime da pena	199
8.3.6.3	Suspensão e revogação da pena	202
8.3.6.4	Meios para o executado revogar a pena	203
8.3.6.5	Renovação da prisão	205
8.3.7	Coerção pessoal e embargos do executado	207
8.4	Execução por expropriação	208

12 | DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS E PRISÃO DO DEVEDOR

8.4.1	Escolha compulsória da expropriação	210
8.4.2	Escolha voluntária da expropriação	212
8.4.3	Levantamento do dinheiro penhorado	213
8.4.4	Encaminhamento normal da expropriação	214
8.4.5	Crédito alimentar no concurso de preferências	215
8.5	Execução por desapossamento	216
8.6	Conclusões principais	218
BIBLIOGRAFIA		221
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		247
OUTRAS OBRAS DO AUTOR		253